

Domingo, 26 de junho de 2022

Bruno Pereira: O assassinato que chocou e revoltou o Brasil.

Após alguns dias de busca, a força-tarefa formada por órgãos de segurança e defesa encarregada de identificar o paradeiro do indigenista Bruno Pereira e do jornalista Dom Phillips pelo Vale do Javari, no oeste do Amazonas, localizou os corpos da dupla, que realizava uma apuração jornalística na região. As agências também conseguiram localizar a lancha utilizada na fuga dos assassinos Oseney da Costa de Oliveira e Amarildo 'Pelado' da Costa Oliveira.

O assassinato chocou e revoltou o Brasil. Jornalista e ex-estagiário do INSS, além de também ser filho de uma servidora, Graça Cunha, o pernambucano Bruno Pereira, conhecido pelos servidores do INSS como Bruno Cunha, trabalhava como assessor da União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (Univaja). Segunda maior terra indígena do país.

A organização afirmou que Pereira recebia constantes ameaças de madeireiros, garimpeiros e pescadores. Em nota divulgada na ocasião, a entidade descreveu o indigenista como "experiente e profundo conhecedor da região, pois foi coordenador regional da Funai de Atalaia do Norte por anos".

Pereira nasceu na Paraíba, mas foi criado em Pernambuco e deixou a região em meados dos anos 2000 para seguir o sonho de trabalhar na Amazônia. Ingressou na Funai em 2010, em um dos últimos concursos públicos promovidos pelo órgão.

Em 2019, Bruno foi exonerado do cargo após ter estado à frente de uma ação coordenada de fiscalização de garimpeiros ilegais que se instalaram no Vale do Javari. Realizada em setembro de 2019 e considerada um sucesso, aquela operação destruiu ao menos 60 balsas de extração ilegal.

Em 2020, pelo menos vinte ambientalistas e defensores de terras indígenas na Amazônia foram mortos no Brasil, segundo a organização não governamental Global Witness. Entre 2009 e 2019, haviam sido 139.

A administração Jair Bolsonaro tem sido tão prejudicial para a floresta e para os indígenas, que isso a tornou pauta prioritária na maioria dos países desenvolvidos, tanto do ponto de vista jornalístico quanto do de ONGs, entidades multilaterais e governos. Os estragos de Bolsonaro contra o ambiente prejudicam o interesse nacional e até muitos dos seus alegados objetivos como presidente.

A OCDE, chamada de "clube dos países ricos", para a qual Bolsonaro quer que o Brasil entre, por exemplo, exige que os candidatos ao bloco apurem violências contra ativistas ambientais como um requisito para a aprovação de seu pleito.

O acordo de livre-comércio entre Mercosul e União Europeia, finalizado em 2019 após vinte anos de negociações, está travado porque a opinião pública europeia e muitos dos parlamentos nacionais não querem ratificá-lo devido aos crimes ambientais que vêm sendo praticados no Brasil.

É fato indiscutível que, desde janeiro de 2019, a devastação da floresta e a segurança dos povos originais pioraram como nunca em razão da política intencional de desmonte de instituições reconhecidas mundialmente como competentes na tentativa de controle de danos ambientais na região.

Bruno Araújo Pereira, por exemplo, foi um dos muitos exonerados pela Funai, que a cada dia têm menos condições de cumprir sua missão, boicotada de modo sistemático pelos atuais dirigentes da própria Fundação.

A lentidão com que as autoridades militares e policiais procederam para dar início às buscas por Dom e Bruno é outra demonstração clara da indisfarçável má vontade do governo Bolsonaro com o respeito aos direitos humanos e com a preservação do meio ambiente, principalmente na Amazônia.

Os criminosos que praticam atividades extrativas de modo ilegal e em territórios onde elas não podem ser feitas ganharam passe livre do governo Bolsonaro para atuarem de maneira ostensiva e com agressividade sem precedentes. Tudo isso só pode levar ao aumento de crimes contra os que ainda se opõem a essas práticas, com risco de perda da própria vida, como tem acontecido.

Infelizmente inúmeros funcionários públicos de todo o Brasil têm sido desrespeitados durante o atual governo. A segurança e a integridade física do servidor público precisam ser garantidas. Quando isso não acontece, toda a sociedade brasileira sai perdendo.

O Sindsprev-PE também reafirma o nosso compromisso com a liberdade de imprensa. Sem liberdade e segurança o jornalismo deixa de existir. E se não houver quem publique a verdade, aqueles que propagam a mentira irão ganhar cada vez mais voz e poder.